

Atos Oficiais

LEI Nº 6.737, DE 30 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre as diretrizes para as ações da Política Municipal de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocanabidiol, em caráter de excepcionalidade pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública municipal e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS, na Estância Turística de Ribeirão Pires. (Autoria: Vereadores Luiz Gustavo Pinheiro Volpi e Edmar Donizete Oldani)

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam instituídas, no âmbito municipal, ações para a promoção da Política Municipal de Medicamentos de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocanabidiol, em caráter de excepcionalidade e gratuito, pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública municipal e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 2º - A política instituída tem como objetivo adequar a temática do uso da cannabis medicinal aos padrões de saúde pública municipal mediante a realização de estudos e referências internacionais, visando o fornecimento e acesso aos medicamentos de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocanabidiol aos pacientes portadores de doenças que comprovadamente o medicamento diminua as consequências clínicas e sociais dessas patologias.

Parágrafo único - São objetivos específicos desta política:

I - diagnosticar e tratar pacientes cujo tratamento com a cannabis medicinal possua eficácia ou produção científica que incentive o tratamento;

II - promover políticas públicas de debate e fornecimento de informação a respeito do uso da medicina canábica através de palestras, fóruns, simpósios, cursos de capacitação de gestores e demais atos necessários para o conhecimento geral da população acerca da cannabis medicinal, realizando parcerias público - privadas com entidades, de preferência sem fins lucrativos.

Art. 3º - Para efeitos desta Lei são adotadas as seguintes definições:

I - canabidiol (CBD): substância (nome químico: 2-[(1R,6R)-3-metil-6-(1-metiletenil)-2-ciclohexen-1-il]-5-pentil-1,3-Benzenodiol, número CAS: 13956-29-1 e fórmula molecular: C₂₁H₃₀O₂), constante da Lista C1 do Anexo I da Portaria da Secretária de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde - SVS/MS n. 344/98 e suas atualizações, que pode ser extraída da planta Cannabis SP, que consta na lista E - Lista de plantas proscritas que podem originar substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas;

II - tetrahydrocannabinol (THC): substância (nome químico: (6AR,10aR)-6,6,9- trimetil-3-pentil-6a,7,8,10a-tetrahydro-6H-benzo[c]chromen-1-ol, CAS: 1972-08-3 e fórmula molecular: C₂₁H₃₀O₂) constante da Lista F2 do Anexo I da Portaria da Secretária de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde - SVS/MS n. 344/98 do Ministério da Saúde e de suas atualizações (Lista das Substâncias Psicotrópicas de uso proscrito no Brasil), que pode ser extraída da planta Cannabis SP, que é uma planta que consta na lista E - Lista de plantas proscritas que podem originar substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas;

III - canabinóides: compostos químicos, que podem ser encontrados na planta Cannabis SP, e que possuem afinidade com os receptores CB1 ou CB2, assim como os sais, isômeros, ésteres e éteres destas substâncias;

IV - CID: Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde que necessitam do uso de medicamentos de derivado vegetal à base de Canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o Tetrahydrocanabidiol;

V - derivado vegetal: medicamento da extração da planta medicinal fresca ou em estado vegetal, que contenha as substâncias responsáveis pela ação terapêutica, podendo ocorrer na forma de extrato, óleo fixo e volátil, cera, exsudato e outros;

VI - medicamento à base de canabidiol: medicamento industrializado tecnicamente elaborado, que o possua em sua formulação em associação com outros canabinóides, dentre eles o Tetrahydrocanabidiol.

Art. 4º - Fica assegurado ao paciente o direito de receber em caráter de excepcionalidade, mediante distribuição gratuita nas unidades de saúde pública municipal medicamento de procedência nacional ou importado, formulado a base de derivado vegetal, industrializado e tecnicamente elaborado, nos termos das normas elaboradas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que possua em sua formulação o canabidiol em associação com outros canabinóides, dentre eles o tetrahydrocanabidiol, mediante prescrição de profissional legalmente habilitado para tratamento de saúde, acompanhado do devido laudo das razões de prescrição.

§1º - O medicamento a ser fornecido deve:

1 - ser constituído de derivado vegetal;

2 - ser produzido e distribuído por estabelecimentos devidamente regularizados pelas autoridades competentes em seus países de origem para as atividades de produção, distribuição ou comercialização;

3 - conter certificado de análise, com especificação e teor de canabidiol e tetrahydrocanabidiol, que atenda às respectivas exigências das autoridades regulatórias em seus países de origem e no território nacional pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

4 - A obrigação prevista no “caput” deste artigo estende-se às unidades de saúde privadas conveniadas ao Sistema Único de Saúde - SUS.

§2º - O fornecimento que trata o caput somente será permitido mediante o cumprimento de todos os requisitos estabelecidos nesta Lei, e desde que o paciente comprovadamente não possua condições financeiras de adquirir os medicamentos nem de tê-los adquiridos pelo respectivo grupo familiar e/ou responsáveis legais, sem prejuízo do respectivo sustento.

§3º - A Secretaria de Saúde Municipal, verificará se o medicamento se enquadra nos requisitos definidos nesta Lei e nas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, antes de sua distribuição.

Art. 5º - A Política instituída será responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, que definirá as competências em cada nível de atuação.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal da Saúde, deverá no prazo de 30 dias a contar a partir da publicação desta Lei, criar comissão de trabalho para implantar a as diretrizes desta política no Município de Ribeirão Pires, com participação de técnicos e representantes de associações sem fins lucrativos de apoio e pesquisa à cannabis e de associações representativas de pacientes.

Art. 6º - Somente será realizado o fornecimento de medicamentos à base de canabidiol com concentração máxima de tetrahydrocanabidiol autorizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Art. 7º - Para a obtenção dos medicamentos à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, os pacientes devem estar cadastrados perante a Secretária Municipal da Saúde.

§1º - O cadastramento deve ser feito em nome do paciente e, caso aplicável, o responsável legal.

§2º - O paciente receberá os medicamentos de que trata o caput durante o período prescrito pelo médico, independentemente de idade ou sexo.

§3º - O cadastro mencionado no caput poderá ser realizado por um dos seguintes meios:

1 - Cadastro eletrônico, a ser disponibilizado no sítio eletrônico da Secretária Municipal da Saúde;

2 - Envio do formulário e documentação exigida para o correio eletrônico institucional indicado no sítio eletrônico da Secretária Municipal da Saúde; ou

3 - Entrega do formulário e documentação exigida por envio postal ou presencialmente na em locais definidos pela da Secretária Municipal da Saúde.

§4º - A aprovação do cadastro dependerá da avaliação da Secretária de Saúde do município e será comunicada ao paciente ou responsável legal por meio de documento oficial emitido.

Art. 8º - Para o cadastramento será necessário apresentar:

I - Laudo de profissional legalmente habilitado contendo a descrição do caso, CID, justificativa para a utilização de medicamento não registrado no Brasil em comparação com as alternativas terapêuticas já existentes registradas pela

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, bem como os tratamentos anteriores;

II - Prescrição do medicamento por profissional legalmente habilitado contendo obrigatoriamente nome do paciente e do medicamento, posologia, quantitativo necessário, tempo de tratamento, data, assinatura e número do registro do profissional inscrito em seu conselho de classe;

III - Declaração de Responsabilidade e Esclarecimento para a utilização excepcional do medicamento.

Parágrafo único - Caso haja alteração de quaisquer dados da prescrição inicial do medicamento durante a validade do cadastro e/ou o quantitativo autorizado de medicamento de derivado vegetal à base de Canabidiol, em associação com outros canabinóides, seja insuficiente para este período, o interessado deverá enviar nova prescrição e solicitar a alteração necessária.

Art. 9º - O cadastro será válido por 1 (um) ano.

§1º - A renovação do cadastro deve ser realizada mediante a apresentação de novo laudo de profissional legalmente habilitado contendo a evolução do caso após o uso de medicamento de derivado vegetal à base de canabidiol, e, nova prescrição contendo obrigatoriamente nome do paciente e do medicamento, posologia, quantitativo necessário, tempo de tratamento, data, assinatura e número do registro do profissional inscrito em seu conselho de classe.

§2º - Se houver alteração de quaisquer dos dados informados no Formulário para Importação e Uso de Medicamento à Base de Canabidiol constantes no cadastro vigente, que devem ser apresentados no ato da renovação.

Art. 10 – O Poder Executivo regulamentará a matéria, no que couber.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de março de 2022 – 308º Ano da Fundação de 68º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

AUDREI DA ROCHA SILVA
Secretário de Saúde e Higiene

Processo administrativo nº 008/2022 – CM - 1113/2022 - PM
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial.

PORTARIAS IMPRERP

PORTARIA Nº 508 DE 13 DE ABRIL DE 2022. CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do IMPRERP - Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, **R E S O L V E** divulgar as datas das reuniões ordinárias do CONSELHO FISCAL do IMPRERP, conforme tabela que segue:

MÊS	DATA	HORÁRIO
ABRIL	19/04/2022	14H
JULHO	19/07/2022	14H
OUTUBRO	18/10/2022	14H
JANEIRO	17/01/2023	14H

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 13 de abril de 2022, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 509 DE 13 DE ABRIL DE 2022. CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do IMPRERP - Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações, **R E S O L V E** divulgar as datas das reuniões ordinárias do CONSELHO ADMINISTRATIVO do IMPRERP, conforme tabela que segue:

MÊS	DATA	HORÁRIO
ABRIL	20/4/2022	14H
JULHO	20/07/2022	14H

OUTUBRO	19/10/2022	14H
JANEIRO	18/01/2023	14H

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 13 de abril de 2022, revogadas as disposições em contrário.

CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO FISCAL

O Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires – IMPRERP convoca Vossa Senhoria a participar da reunião, do Conselho Fiscal, que realizar-se-á dia **19/04/2022** às **14h00** na sede do Instituto. Aproveitamos a oportunidade para informar que será necessária a presença de todos os componentes titulares do Conselho. Caso o titular não possa comparecer, favor solicitar o comparecimento do suplente.

Pauta: Fechamento de trimestre.

Ribeirão Pires, 13 de abril de 2022

AKENATON DE BRITO CAVALCANTE
Superintendente Adjunto

CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ADMINISTRATIVO

O Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires – IMPRERP convoca Vossa Senhoria a participar da reunião, do Conselho Administrativo, que realizar-se-á dia **20/04/2022** às **14h00** na sede do Instituto. Aproveitamos a oportunidade para informar que será necessária a presença de todos os componentes titulares do Conselho. Caso o titular não possa comparecer, favor solicitar o comparecimento do suplente.

Pauta: Fechamento de trimestre.

Ribeirão Pires, 13 de abril de 2022

AKENATON DE BRITO CAVALCANTE
Superintendente Adjunto

CONVOCATÓRIA DA **133ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA** CONJUNTA COM A **10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CODUHAB**. Data: 20 de Abril de 2022 (Quarta-feira). Horário: 15hs. Local: Sala de Reuniões Virtual (Aplicativo ZOOM). COMDEMA está convidando você para uma reunião Zoom agendada. Entrar na reunião Zoom: <https://us02web.zoom.us/j/83001507550>. ID da reunião: 830 0150 7550. Lembrando que, o microfone e a câmera devem estar devidamente ligados e funcionando, e deverá possuir som para poder ouvir, ou através de fones de ouvido. **Pauta da reunião:** Aprovação da ata da 132ª reunião ordinária; Aprovação da ata da 34ª reunião extraordinária (COMDEMA-CODUHAB); Processo Administrativo nº 3808/2021 - Análise e Aprovação do Empreendimento Condomínio Residencial Vertical; Processo Administrativo nº 623/2019 - Apresentação dos relatórios em folhas 115 à 119, 179 à 188, 218 e 222 à 223; Prestação de contas FUNDARP e Informes. Para mais informações a respeito deste assunto, poderá ser solicitado através do email: comdema.rp@gmail.com. Contamos com sua participação! Secretaria Executiva do COMDEMA.

PORTARIA Nº. 34.150, DE 21 DE MARÇO DE 2022. CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS para tratar de assuntos particulares pelo período de 02 (dois) anos, nos termos do Artigo 94, da Lei Municipal nº. 4.217/1998, para a funcionária VANESSA DE CAMPOS RODRIGUES, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 30965986-3, CPF nº. 307.439.918-00, Motorista, regime estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 15 de Abril de 2022. Processo nº. 3350/2012

PORTARIA Nº. 34.161, DE 22 DE MARÇO DE 2022. SUBSTITUIR na Portaria nº 31.163, de 10 de Junho de 2019, que nomeou a “Comissão Permanente de Apuração Disciplinar e Sindicância da Secretaria de Saúde e Higiene”, alterada pelas Portarias nº 32.851 e nº 33.295, a servidora EVA KELLY MACEDO DA SILVA, pela servidora FLÁVIA FERREIRA, lotadas na Secretaria de Saúde e Higiene. Processo nº 4059/2019

PORTARIA Nº. 34.172, DE 24 DE MARÇO DE 2022. EXONERAR a pedido, a funcionária LUANA APARECIDA DA CONCEIÇÃO, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 472819653 e CPF nº 400.980.028-30, do cargo de Agente Operacional, regime estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 17 de Março de 2022. Processo nº. 4253/2019

PORTARIA Nº. 34.177, DE 28 DE MARÇO DE 2022. REVOGAR a Portaria nº. 33.122, de 28 de Junho de 2021 e CREDENCIAR, no âmbito de suas respectivas competências, as seguintes AUTORIDADES SANITÁRIAS, as quais passarão a compor a equipe da Gerência de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância à Saúde da Secretaria de Saúde, à vista do que consta nos autos do Processo Administrativo 349/2009.

Allan Vitor Lima da Silva - RG: 50.245.162-2

Anderson Gomes Mota - RG: 9.949.639

Carolina Michelli Stanghini - RG: 41.248.751-2

Elisangela dos Santos - RG: 43.695.142-3

Hélio Tavares da Silva - RG: 16.524.914-6

Iris Silvério da Silva Bento - RG: 33.604.030-1

Joyce Camargo Costa - RG: 35.977.514-7

Jussara Andrea Silva de Almeida - RG: 42.907.379-3

Levina Fernandes Souza - RG: 45.152.550-4

Marcela Santos Alves de Souza - RG: 41.372.273-9

Marciléia Trovo - RG: 22.617.866-3

Maria do Carmo Neri de Oliveira - RG: 14.271.105-6

Patrícia Bezerra da Silva - RG: 42.906.667-3

Patrícia Maria Alves dos Santos - RG: 41.890.333-5

Paulo Sérgio França dos Santos - RG: 34.831.033-x

Paulo Rogério de Alencar - RG: 20.870.592-2

Thainan Santiago Gimenés de Andrade - RG: 53.571.280-7

Thiago Zambom - RG: 25.690.320-7

Vagner Fabiano da Silva - RG: 41.858.128-9

Processo nº. 349/2009

PORTARIA Nº. 34.183, DE 30 DE MARÇO DE 2022. NOMEAR a funcionária RENATA BORGES, portadora da Cédula de Identidade R.G. Nº 25.689480-2 e CPF nº. 172.480.138-46, Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda, para exercer Função de Confiança, recebendo gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre a referência de seu salário, nos termos do Artigo 35, Inciso II, da Lei nº. 6.291/2018, a contar de 01 de Março de 2022. Processo nº. 911/1997

PORTARIA Nº. 34.187, DE 30 DE MARÇO DE 2022. EXONERAR a pedido, a funcionária KAREN CAINÃ BORGES DE OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 380293687 e CPF nº. 440.056.518-10, do cargo de Responsável de Equipe de Atendimento ao Usuário, regime estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 07 de Março de 2022. Processo nº. 945/2021

PORTARIA Nº. 34.189, DE 30 DE MARÇO DE 2022. RETIFICAR a Portaria nº. 33.972, de 10 de Fevereiro de 2022 para que onde lê-se “a contar de 02 de Fevereiro de 2022” leia-se “a contar de 02 de Março de 2022”. Processo nº 4038/2012

PORTARIA Nº. 34.190, DE 30 DE MARÇO DE 2022. NOMEAR RITA DE CASSIA OLIVEIRA SILVA, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 37.784.907-8 e CPF nº. 229.023.158-48, para exercer em comissão o cargo de Responsável de Equipe do Atendimento de Usuário, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 18 de Março de 2022. Processo nº. 1501/2022

PORTARIA Nº. 34.194, DE 30 DE MARÇO DE 2022. NOMEAR CLAUDIO DA COSTA MENEZES, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 25.390.064-45 e CPF nº. 25.390.064-5, para exercer em comissão o cargo de Diretor de Gestão de Obras, lotada na Secretaria de Obras, a contar de 15 de Março de 2022. Processo nº. 1536/2022

PORTARIA Nº. 34.195, DE 30 DE MARÇO DE 2022. REMOVER o funcionário MARCELO DA SILVA ALVAREZ, portador da Cédula de Identidade RG nº. 27527431-7, CPF nº. 192.230.768-89, Agente de Serviços Gerais, regime estatutário, provimento efetivo, lotado na Secretaria de Saúde e Higiene para a Secretaria de Assistência, Participação e Inclusão Social, a contar de 22 de Março de 2022. Processo nº 3395/2016

PORTARIA Nº. 34.201, DE 30 DE MARÇO DE 2022. REVOGAR a Portaria nº. 33.460, de 08 de Setembro de 2021 e REMOVER o funcionário EDVALDO SILVA DOS SANTOS, portador da Cédula de Identidade RG nº. 34.310.661-9, CPF nº. 578.205.205-82, Agente Operacional, regime estatutário, provimento efetivo, lotado na Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil para a Secretaria de Educação, Cultura e Turismo, a contar de 24 de Março de 2022. Processo nº 3335/2002

PORTARIA Nº. 34.203, DE 30 DE MARÇO DE 2022. CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS para tratar de assuntos particulares pelo período de até 02 (dois) anos, nos termos do Artigo 94, da Lei Municipal nº. 4.217/1998, para a funcionária CRISTINA DE MOURARIA PEREIRA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 47.278.389-0, CPF nº. 407.032.418-69, Técnico de Enfermagem, regime estatutário, provimento efetivo, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 01 de Abril de 2022. Processo nº. 5555/2012

PORTARIA Nº. 34.214, DE 01 DE ABRIL DE 2022. REVOGAR a Portaria nº. 33.815, de 03 de Janeiro de 2022 e NOMEAR CAMILA ZENKE SMITH HOWARD, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 42.972.330-1 e CPF nº. 381.526.208-90, para exercer em comissão o cargo de Superintendente Administrativo, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 16 de Março de 2022. Processo nº.20/2022

PORTARIA Nº. 34.223, DE 01 DE ABRIL DE 2022. NOMEAR MARCIA MISSUZU ITAMOTO, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 15.882.111 e CPF nº. 097.140.078-44, para exercer em comissão o cargo de Diretor de Odontologia, lotada na Secretaria de Saúde e Higiene, a contar de 16 de Março de 2022. Processo nº.887/1994

PORTARIA Nº. 34.224, DE 01 DE ABRIL DE 2022. NOMEAR a funcionária MARIA APARECIDA DOS SANTOS ALMEIDA, portadora da Cédula de Identidade R.G. Nº 218031853 e CPF nº. 140.428.978-00, Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda, para exercer Função de Confiança, recebendo gratificação de 20% (vinte por cento) sobre a referência de seu salário, nos termos do Artigo 35, Inciso II, da Lei nº. 6.291/2018, a contar de 01 de Março de 2022. Processo nº. 1711/2022

PORTARIA Nº. 34.253, 06 DE ABRIL DE 2022. ACOLHER e JULGAR PROCEDENTE o relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Sindicância da Secretaria de Assuntos Jurídicos, para apuração dos fatos narrados nos autos do Processo Administrativo nº 3682/2021 e AUTORIZAR o ARQUIVAMENTO do Processo de Sindicância nº. 3682/2021, nos termos do Artigo 159, Inciso II - "a", da Lei Municipal nº 4.217/98 - Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires. Processo nº. 3682/2021

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS Processo Administrativo nº 1587/2022 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PONTUAIS E EVENTUAIS PARA REPAROS E RECUPERAÇÃO DE LOGRADOUROS DA ESTANCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES. Contratada: CASAMAX COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. Ficam V.Sas. comunicados a iniciarem os serviços de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PONTUAIS E EVENTUAIS PARA REPAROS E RECUPERAÇÃO DE LOGRADOUROS DA ESTANCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, a partir do dia 04 de abril de 2022, em conformidade com o Processo de Compras nº 560/2022. Ribeirão Pires, 04 de abril de 2022. Sérgio Poloni dos Reis. Secretário de Obras.